6ª Controladoria Técnica

INSTRUÇÃO CONTÁBIL CONCLUSIVA ICC 361/2012

PROCESSO: 2000/2011
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
EXERCÍCIO: 2010
AGENTE RESPONSÁVEL: CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS
CONSELHEIRO RELATOR: JOÃO LUIZ COTTA LOVATTI
VENCIMENTO DAS CONTAS: 31/03/2013

À Chefia da 6ª Controladoria Técnica,

Conforme determinação de V. S.^a complementamos a análise do presente processo de Prestação de Contas Anual e relatamos o que segue:

1 – Item 1.2.2.1 do RTC - Divergência entre a despesa empenhada demonstrada nos Anexos 09 e 12 do IPACI e a despesa empenhada demonstrada no Anexo 09 do Município.

Base Legal: *infringência ao artigo 85 da Lei 4.320/64*

Dos Fatos

Verificou-se uma divergência de R\$ 1.465,94 entre a despesa empenhada demonstrada nos Anexos 09 e 12 do IPACI – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Cachoeiro de Itapemirim e a despesa empenhada demonstrada no Anexo 9 do Município.

Da Justificativa

Em sua defesa, o defendente encaminha Ofício IPACI nº 817/2011 (fls.2570 a 2597), onde esclarece a diferença apontada afirmando se tratar de valores liquidados e não empenhados, encaminhando relatórios para comprovação.

O Instituto de Previdência – IPACI, na documentação encaminhada, alega que gerou os demonstrativos com base nos valores liquidados, enquanto o executivo municipal pelo empenhado, gerando a divergência observada no montante de R\$ 1.465,94.

Da Análise

Da análise do material encaminhado verificamos que procedem as argumentações e que os anexos 09 e 12 (consolidados) da Prefeitura Municipal, considerou os valores empenhados, **afastando a irregularidade apresentada.**

2 – Item 1.2.3.1. do RTC - Indícios de abertura de Créditos Adicionais no exercício superior ao valor fixado na Lei Orçamentária Anual em R\$ 28.766.982,50

Base Legal: *Infringência ao artigo 7º inciso I da Lei 4320/64, artigo 10 da Lei 6326/2009 (LOA) e artigo 34 da Lei 6325/2009 (LDO)*

Dos Fatos

A Lei Orçamentária Anual nº 6326 /2009 (Proc. TC 550/2010) estimou a Receita e fixou a Despesa em **R\$ 333.676.233,00** fixando limite para a abertura de créditos suplementares, através da Lei 6326/2009 (LOA) em seu artigo 10 no montante de 10%.

No exame da relação dos créditos adicionais do exercício (fls. 2373), constatou-se que foram abertos por decreto no exercício de 2010 Créditos Adicionais Suplementares autorizados pela LDO no total de R\$ 62.134.605,80. Este montante representa um percentual de 18,62% da despesa total fixada na LOA (R\$ 333.676.233,00), e excede em R\$ 28.766.982,50 o limite fixado na Lei nº 6.325/2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Da Justificativa

Encaminhou, em anexo, a Lei 6408/2010 que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias, autorizando abertura de créditos no total de 20%.

Da Análise

Verificamos a existência da citada lei alterando o limite de abertura de crédito para 20%, sendo permitida abertura de tais créditos no montante de R\$ 66.735.246,60, **não havendo irregularidade**, conforme demonstrado.

3 - Item 1.2.3.2. do RTC - Divergência entre os créditos adicionais evidenciados no levantamento geral do município e os créditos adicionais demonstrados nos Anexos 11 e 12 da Lei 4320/64.

Base Legal: *infringência ao artigo 85 da Lei 4.320/64*

Dos Fatos

O RTC evidenciou que os créditos adicionais suplementares e especiais abertos no exercício de 2010, elaborado pelo município (fls. 2373), divergem dos créditos adicionais demonstrados nos Anexos 11 (Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada) e 12 (Balanço Orçamentário) da Lei 4320/64 (fls. 910) em R\$ 11.053.274,3 (13.016.774,30 – 1.963.500,00).

Da Justificativa

Esclarece o jurisdicionado que as divergências apontadas se devem pelo fato de tais créditos suplementares, no montante de R\$ 11.053.274,30, terem sido abertos através de Leis Específicas, conforme demonstrado às folhas 2545.

Da Análise

Analisando a justificativa e a relação exposta às folhas 2545, verificamos a existência das citadas Leis autorizativas de abertura de crédito nos montantes expostos, totalizando R\$ 11.053.274,30, **não havendo irregularidade para este item.**

4 – Item 1.3.1. do RTC - Divergência entre os saldos das contas Bancos c/Aplicação e Bancos c/Vinculada demonstrados no Anexo 13 e os saldos das mesmas contas demonstrados no Anexo 14.

Base Legal: *artigos 85, 101 e 103 da Lei 4320/64.*

Dos Fatos

O RTC constatou divergência de R\$ 9.741,42 entre os saldos das contas Bancos c/Aplicação e Bancos c/Vinculada espelhados no Anexo 13 (Balanço Financeiro) e os saldos em 31/12/2010 de ambas as contas evidenciadas no Anexo 14 (Balanço Patrimonial).

Da Justificativa

Esclarece o defendente que ao fazer o lançamento da conta contábil de Bancos c/Aplicação com Bancos c/Vinculada, houve uma inversão do lançamento. Alega ainda que tal fato não afetou o saldo disponível, ocorrendo divergência entre o anexo 13 (onde ocorreu o lançamento) com o anexo 14.

Para sanear as divergências encaminha o anexo 14 alterado para ser substituído.

Da Análise

Analisando as justificativas entendemos pelo não recebimento, pois ressaltamos que a simples substituição dos demonstrativos contábeis ou a alteração no SISAUD, para corrigir a divergência apurada em análise, não pode ser realizada, pois fere a norma contábil vigente.

A Lei Federal nº. 4.320/64 regulamenta em seu art. 101 as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas anualmente pelas entidades do setor público.

CAPÍTULO IV Dos Balanços

Art. 101. Os **resultados gerais do exercício** serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, segundo os Anexos números 12, 13, 14 e 15 e os quadros demonstrativos constantes dos Anexos números 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16 e 17.

Estas demonstrações contábeis apuradas anualmente pelos jurisdicionados devem ser encaminhadas a esta Corte de Contas, no prazo regimental desta Casa, e devem obrigatoriamente observar as normas constitucionais e infraconstitucionais, além das **Normas Brasileiras de Contabilidade e as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade**.

Art. 101. Os registros e fatos evidenciados nos documentos e nas demonstrações encaminhados a este Tribunal de Contas por imposição deste Regimento, de Resolução ou determinação do Plenário, **deverão ser apresentados em obediência** às normas constitucionais e infraconstitucionais, **observadas as normas brasileiras de contabilidade e as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade**. (art. 101 da Resolução TCEES nº. 182/2002)

As Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas especificamente ao Setor Público, denominadas de NBCASP (NBC T 16.1 a NBC T 16.10), foram editadas em dezembro de 2008 pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e foi ressaltado na norma NBC T 16.5 que trata do Registro Contábil (Resolução CFC Nº. 1.132/08), que na ausência de uma norma específica para o setor público, normas subsidiárias podem ser utilizadas:

25. Na **ausência de norma contábil aplicado ao setor público**, o profissional da contabilidade deve utilizar, **subsidiariamente, e nesta ordem**, as **normas nacionais e internacionais que tratem de temas similares**, evidenciando o procedimento e os impactos em notas explicativas. (NBC T 16.5 - Resolução CFC Nº. 1.132/08)

A norma NBC T 16.6 (Resolução CFC nº. 1.133/08) que trata das demonstrações contábeis do setor público estabelece as características quantitativas e qualitativas destas demonstrações contábeis e **determina que suas informações devam ser extraídas dos registros contábeis da entidade**.

RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.133/08
Aprova a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis.

5. As demonstrações contábeis **apresentam informações extraídas dos registros** e dos documentos **que integram o sistema contábil da entidade.**

A Norma NBC T 16.5 (Resolução CFC nº. 1.132/08), que trata do Registro Contábil nas entidades do setor público esclarece que os registros têm que ser realizados em rigorosa ordem cronológica, obedecendo aos princípios de contabilidade, validados por contabilistas e com base em documentação hábil.

Além disso, todas as transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas **integralmente no momento em que ocorrerem.** Entretanto, quando houver a necessidade de efetuar **registros extemporâneos** estes devem consignar, nos seus históricos, **as datas efetivas das ocorrências** e a razão do atraso, e são registrados na contabilidade na data da ciência do fato que não foi registrado.

O reconhecimento **de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores** ou de mudanças de critérios contábeis deve ser **realizado à conta do patrimônio líquido** e evidenciado em notas explicativas. O resultado vai ser debitado ou creditado diretamente na conta do patrimônio líquido para que este fato, que tem como fato gerador exercícios anteriores, não distorça a apuração dos resultados do exercício corrente.

RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.132/08
Aprova a NBC T 16.5 – Registro Contábil

3. A entidade do setor público **deve manter procedimentos uniformes de registros contábeis**, por meio de processo manual, mecanizado ou eletrônico, **em rigorosa ordem cronológica, como suporte às informações.**

10. Os registros contábeis devem ser efetuados de forma analítica, refletindo a transação constante em documento hábil, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

11. Os registros contábeis devem ser validados por contabilistas, com base em documentação hábil e em conformidade às normas e às técnicas contábeis.

12. **Os registros extemporâneos devem consignar, nos seus históricos, as datas efetivas das ocorrências e a razão do atraso.**

19. As transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas **integralmente no momento em que ocorrerem.**

21. Os registros contábeis **devem ser realizados e os seus efeitos evidenciados nas demonstrações contábeis do período com os quais se relacionam**, reconhecidos, portanto, pelos respectivos fatos geradores, independentemente do momento da execução orçamentária.

24. O **reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores** ou de mudanças de critérios contábeis **deve ser realizado à conta do patrimônio líquido e evidenciado em notas explicativas.**

25. Na **ausência de norma contábil aplicado ao setor público**, o profissional da contabilidade **deve utilizar, subsidiariamente, e nesta ordem, as normas nacionais** e internacionais que tratem de **temas**

similares, evidenciando o procedimento e os impactos em notas explicativas.

De forma subsidiária a Resolução CFC nº. 1.330/2011 esclarece **como** os registros contábeis, que se referem à retificação de lançamentos, devem ser realizados. Todos estes processos técnicos devem ser escriturados na data da identificação do fato registrado de maneira indevida, consignado no histórico do lançamento o motivo da retificação, a data e a localização do lançamento de origem.

RESOLUÇÃO CFC N.º 1.330/11

Aprova a ITG 2000 – Escrituração Contábil.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a ITG 2000 – Escrituração Contábil.

Art. 2º Revogar as Resoluções CFC n.ºs **563/83, 596/85**, 597/85, 612/85, 684/90, 685/90, 790/95, 848/99 e 1.115/07, publicadas no D.O.U., Seção 1, de 30/12/83, 29/7/85, 29/7/85, 21/1/86, 27/8/91, 27/8/91, 18/12/95, 12/7/99 e 19/12/07, respectivamente.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de março de 2011.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE ITG 2000 – ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

Retificação de lançamento contábil

31. **Retificação de lançamento** é o processo técnico de **correção de registro realizado com erro na escrituração contábil** da entidade e pode ser feito por meio de:

- a) estorno;
- b) transferência; e
- c) complementação.

32. Em qualquer das formas citadas no item 31, o histórico do lançamento deve precisar o motivo da retificação, **a data e a localização do lançamento de origem**.

33. **O estorno** consiste em lançamento inverso àquele feito erroneamente, anulando-o totalmente.

34. **Lançamento de transferência** é aquele que promove a regularização de conta indevidamente debitada ou creditada, por meio da transposição do registro para a conta adequada.

35. **Lançamento de complementação** é aquele que vem posteriormente complementar, aumentando ou reduzindo o valor anteriormente registrado.

36. Os lançamentos realizados fora da época devida devem consignar, nos seus históricos, as datas efetivas das ocorrências e a razão do registro extemporâneo.

Diante das normas de contabilidade aplicadas ao registro contábil das entidades e a elaboração das demonstrações contábeis, pode-se extrair que as **demonstrações contábeis são elaboradas com base nos registros contábeis**, e que esses devem ser realizados de forma tempestiva, e caso exista a necessidade de retificação de lançamentos por qualquer motivo, **estes devem ser realizados na data corrente**, não sendo possível a elaboração de novas demonstrações contábeis depois de encerrado um exercício.

Diante do exposto, **entendemos que a inconformidade não pode ser afastada**, devendo as correções e registros das operações contábeis obedecer às normas vigentes.

5 – Item 1.3.2. Divergência de R\$ 148.812,36 entre a despesa empenhada na função Legislativa demonstrada nos Anexos 13 e 07 Consolidado do Município e a despesa empenhada em idêntica função registrada no Anexo 7 da Câmara Municipal
Base Legal: *artigo 85 da Lei 4320/64*

Dos Fatos

Constatou-se divergência de R\$ 148.812,36 entre a despesa empenhada na função 01 - Legislativa espelhada nos Anexos 13 e 07 do Município de Cachoeiro de Itapemirim e a despesa empenhada em idêntica função registrada no Anexo 7 da Câmara Municipal.

No exame do Demonstrativo das Funções, Sub-funções e Programas por Projetos e Atividades e Operações Especiais (Anexo 7) da Câmara Municipal (Proc. TC 1922/2011; fls. 19) constatou-se que a diferença de R\$ 148.812,36 está contabilizada na seguinte classificação funcional programática: **01.031.0052** (função legislativa - ação legislativa – encargos especiais – serviços da dívida interna).

Da Justificativa

O Jurisdicionado afirma que, conforme foi demonstrado no anexo 7 e 13 o município demonstrou o que foi despesa empenhada na função 01 e os encargos especiais, que foram empenhados na função 28.

Afirma ainda estar correto na demonstração da classificação de sua função que nos anexos 07 e 13 da Câmara Municipal constam como Encargos especiais – Serviço da Dívida Interna que, segunda demonstra, referem-se a pagamento de parcelas do INSS e do IPACI no montante de R\$ 148.812,36 que, quando consolidado, são lançados na função 28 de forma correta.

Da Análise

Da análise das justificativas, bem como do material encaminhado (fls. 2671 a 2673) verificamos que o valor destacado refere-se a encargos especiais – serviços da dívida interna.

Verificamos ainda que a classificação se deu na função 28 por entender o jurisdicionado que, quando da consolidação a despesa com parcelamento de dívidas do legislativo com o INSS e com o IPACI deveriam ser feitas naquela função.

A função representa o maior nível de agregação das diversas áreas da despesa que competem ao setor público. Entre elas existe a função “Encargos Especiais” (28), que engloba despesas não associadas a um bem ou serviço gerado no processo produtivo, como: dívida, ressarcimento, indenização, entre outros, no qual se encontra o refinanciamento da dívida interna e externa, portanto, entendemos não haver problemas com a classificação realizada, **entendendo pelo atendimento à citação.**

6 – Item 1.3.3. do RTC - Divergência entre a movimentação da conta Depósitos de Diversas Origens demonstrada no Anexo 13, no Anexo 17 e Balancete.

Base Legal: *artigo 85 da Lei 4320/64*

Dos Fatos

Constatou-se que a movimentação em 2010 da conta Depósito de Diversas Origens está contabilizada a menor em R\$ 1.008.234,24 (inscrição) e em R\$ 94.653,97 (baixa) no Anexo 13 – Balanço Financeiro quando comparada com a movimentação do Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante e do Balancete.

Da Justificativa

O defendente informa que a divergência encontrada no anexo 13 – Balanço Financeiro e o anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante se deve ao fato de o anexo 13 encaminhado ao tribunal ter sido emitido como referente à Dezembro de 2010 e o correto seria “dezembro de 2010 – encerramento” (fls. 2562 e 2563).

Da Análise

Da análise das justificativas somos pelo mesmo entendimento dado ao item 04 desta ICC quanto à substituição de peças contábeis, **logo somos pela permanência da irregularidade apontada.**

7 – Item 1.3.4 do RTC - Divergência entre a movimentação da conta Outras Operações demonstrada no Anexo 13 e no Balancete Contábil.

Base Legal: *artigo 85 da Lei 4320/64*

Dos Fatos

Observou-se divergência entre a movimentação da conta Outras Operações demonstrada no Anexo 13 e no Balancete Contábil, conforme tabela a seguir:

Outras Operações

Em R\$

MOVIMENTAÇÃO	BALANCETE	ANEXO 13	DIVERGÊNCIA
Receita extra	10.728.140,10	10.628.583,28	-99.556,82
Despesa extra	11.728.027,45	10.714.890,36	-1.013.137,09

Fonte: PCA fls. 2356, 619

Da Justificativa

O Jurisdicionado encaminhou outro anexo 13 em substituição ao encaminhado e analisado pelo TCEES, que gerou a divergência.

Da Análise

Idem aos itens 04 e 06 desta Instrução Contábil Conclusiva, **permanecendo a irregularidade.**

8 – Item 1.3.5 do RTC - Divergência entre a movimentação da conta Devedores Diversos, demonstrada no Anexo 13 e nos Balancetes Contábeis.

Base Legal: *artigo 85 da Lei 4320/64*

Dos Fatos

Verificou-se divergência entre a movimentação da conta Devedores Diversos demonstrada no Anexo 13 e nos Balancetes Contábeis, conforme quadro a seguir:

Devedores diversos

Em R\$

MOVIMENTAÇÃO	BALANCETE	ANEXO 13	DIVERGÊNCIA
Receita extra	326.978,90	260.390,88	-66.588,02
Despesa extra	903.020,22	597.929,83	-305.090,39

PCA: fls.619, 633;2356

Da Justificativa

Solicita, o defendente, substituição do anexo 13 enviado para análise, o qual alega ter gerado a divergência.

Da Análise

Somos pelo mesmo entendimento dos itens 04, 06 e 07 em relação à substituição de demonstrativos contábeis, **permanecendo a irregularidade.**

9 – Item 1.3.6. do RTC - Divergência entre a movimentação da conta Débitos de Tesouraria demonstrada no Anexo 13 e nos Balancetes Contábeis.

Base Legal: *artigo 85 da Lei 4320/64*

Dos Fatos

Verificou-se divergência entre a movimentação da conta Débitos de Tesouraria demonstrada no Anexo 13 e nos Balancetes Contábeis, conforme quadro a seguir:

Débitos de Tesouraria				Em R\$
MOVIMENTAÇÃO	BALANCETE	ANEXO 17	ANEXO 13	DIVERGÊNCIA
Saldo anterior	2.291.993,41	2.291.993,41		
Inscrição	1.655.852,61	1.655.852,61	1.635.344,86	-20.507,75
Baixa	2.079.698,64	2.079.698,64	2.059.190,89	-20.507,75
Saldo 31/12/2010	1.868.147,38	1.868.147,38		

PCA: ;fls.619; 635;2369;2356

Da Justificativa

Solicita a substituição do Anexo 13 – Balanço Financeiro 2010 – encerramento.

Da Análise

Somos pelo mesmo entendimento dos itens 04, 06, 07 e 08, em relação à substituição de demonstrativos contábeis, **permanecendo a irregularidade.**

10 – Item 1.3.7.1 do RTC - Ausência de extratos bancários do encerramento do exercício de contas abertas no Banco do Brasil, Banestes e Caixa Econômica Federal.

Base Legal: inobservância ao artigo 127, inciso III, alínea “c” da Resolução TC nº 182/02

Dos Fatos

Examinando-se as conciliações e extratos bancários disponíveis às fls.1734 a 2134 (Volumes IX e X) do presente processo, verificou-se ausência dos extratos e conciliações bancárias das contas listadas no Relatório Técnico Contábil.

Da Justificativa

Conforme ofício Semfa nº 822/2011, encaminhou em anexo conciliação bancária com seus respectivos extratos.

Da Análise

Em análise às justificativas e aos documentos encaminhados (fls. 2702 a 3252, vol. XIII, XIV e XV), verificamos os extratos e conciliações bancárias das contas relacionadas no Relatório Técnico Contábil, referente aos Bancos do Brasil, Banco do Estado do Espírito Santo e a Caixa Econômica Federal, **sendo atendido ente item de citação.**

11 – Item 1.3.7.2 do RTC - Divergência entre o saldo bancário demonstrado na conciliação bancária e os saldos apresentados no extrato bancário e no boletim diário de tesouraria, todos datados em 31/12/2010.

Base Legal: *artigo 85 da Lei 4320/64*

Dos Fatos

A conciliação bancária da conta nº 47337-5 - Banco do Brasil - Projeto Nosso Bairro – Aplicação, demonstrou em 31/12/2010 saldo bancário de R\$ 11.008.366,37 (fls. 2067). Esse saldo diverge dos saldos apresentados em 31/12/2010 no extrato bancário (fls. 2068) e no Boletim Diário (fls. 1731) cujos valores importaram em R\$ 1.000.743,34 e em R\$ 1.007.623,03 respectivamente.

Da Justificativa

Com base em ofício encaminhado pela Secretaria Municipal da Fazenda, o jurisdicionado se justifica informando ter havido erro de digitação, onde R\$ 11.008.366,37 seria, na verdade, R\$ 1.008.366,37.

Da análise

Analisando a informação prestada, bem como os documentos constantes das folhas 2710 e 2711, observamos que no RTC deixou de ser considerado o valor de aplicação de R\$ 7.623,03. Logo, o saldo do extrato bancário, assim como o do boletim Diário são de R\$ 1.008.366,37, não havendo divergência. Como a conciliação bancária é uma ferramenta administrativa/contábil que objetiva comparação entre o demonstrativo contábil e o extrato bancário, os quais não observamos divergência, entendemos que **as justificativas aqui trazidas relevam a incorreção observada.**

12 – Item 1.4.1. do RTC - Divergência na composição patrimonial da conta Débitos Previdenciários

Base Legal: *artigo 85 da Lei 4.320/64*

Constatou-se divergência entre o saldo final da conta Débitos Previdenciários (Passivo Permanente) apurado na análise e o apresentado no Balanço Patrimonial Consolidado, conforme quadro a seguir:

Débitos Previdenciários		
Saldo Exercício Anterior Consolidado	R\$	41.499.851,63
(+) Inscrições	R\$	332.741,76
(-) Amortizações - INSS	R\$	2.987.730,89
(-) Amortizações -IPACI	R\$	90.970,44
(-) Cancelamentos	R\$	0,00
(=) Saldo p/Exerc.Seg. apurado na análise	R\$	38.753.892,06
Saldo Balanço Patrimonial Consolidado	R\$	41.810.590,70
Divergência (A-B)	R\$	3.056.698,64

Constatou-se que o Anexo 16 (fls.2366) demonstrou em 2010 um movimento líquido (emissão – resgate) de débitos previdenciários no total de R\$ 2.965.728,20. Entretanto, não há transparência contábil dessa movimentação no Anexo 15 do Município (fls.2062/2063), conforme dados da tabela abaixo:

Débitos Previdenciários			Em R\$
Movimento no Exercício	IPACI -Lei 4.501/98	IPACI - Câmara	Total
Emissão	2.644.981,29	1.617.072,56	4.262.053,85
Resgate	1.296.325,65		1.296.325,65
Movimento Líquido	1.348.655,64	1.617.072,56	2.965.728,20

Fonte: Anexo 16 (fls.2366)

Verificou-se demonstrado no Anexo 15 (fls. 2363) o valor de R\$ 90.970,44 referente a amortizações de débitos previdenciários – IPACI. Porém, não há transparência desse registro contábil no Anexo 16 (fls. 2366).

Da Justificativa

Alega o defendente que: *“De fato não foi evidenciado o referido valor em razão da conta contábil da Dívida do IPACI – Lei 4.501 já constar no anexo 16 de exercício anterior onde fizemos a inscrição da dívida junto ao Município na mesma, sendo que a movimentação do exercício, esclaremos ainda que as amortizações foram feita na referida conta, **na sua emissão**, gerando um saldo final na conta de **R\$ 2.644.981,29.**”(sic)*

Da Análise

Da leitura da justificativa não conseguimos vislumbrar esclarecimentos aos questionamentos trazidos naquele item do Relatório Técnico Contábil, **entendendo permanecer a irregularidade.**

13 – Item 1.4.2. do RTC - Divergência na composição patrimonial da conta Aposentadorias/Pensões/Outros/IPACI

Base Legal: artigo 85 da Lei 4.320/64

Constatou-se divergência entre o saldo final da conta **Aposentadorias/Pensões/Outros/IPACI** (Passivo Permanente) apurado na análise e o apresentado no Balanço Patrimonial Consolidado, conforme quadro a seguir:

Aposentadorias/Pensões/Outros IPACI		
Saldo Exercício Anterior Consolidado	R\$	0,00
(+) Inscrições - IPACI - Plano Previdenciário	R\$	263.178.902,26
(-) Amortizações	R\$	227.249.196,75
(-) Cancelamentos	R\$	0,00
(=) Saldo p/b Exerc. Seguinte - apurado na análise (A)	R\$	35.929.705,51
Saldo Balanço Patrimonial (B)	R\$	32.873.006,87
Divergência (B-A)	(R\$)	3.056.698,64

Fonte: PCA fls. 637; 2363;2359 (Proc. TC 2000/11)

Verificou-se que o Anexo 16 (Proc. TC 2000/11, fls. 2366) registrou na conta Débitos Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios, emissão de dívidas no valor de R\$ 260.122.203,62. Por outro lado, o Anexo 15 (fls.2363) espelhou em Variações Passivas, Inscrição de Dívidas de Déb. Previdência – IPACI – Plano Previdenciário o montante de R\$ 263.178.902,26, havendo desta forma, uma divergência de R\$ 3.056.698,64 entre os Anexos 15 e 16 consolidados do Município.

Observou-se que o Anexo 15 da Lei 4320/64 apresentado pelo IPACI em sua PCA/2010 diverge em R\$ 3.056.698,64 do valor demonstrado no Anexo 15 consolidado do Município conforme tabela abaixo:

VARIAÇÕES PASSIVAS –IPACI	R\$
Incorporações de Passivos	
Incorporação de Obrigações	
Provisões	
Provisão Matemática Previdenciária	260.122.203,62
VARIAÇÕES PASSIVAS – Município	R\$
Insc. de Dívida de Déb.Previdência	
IPACI – Plano Previdenciário	263.178.902,26
Divergência	3.056.698,64

Fonte: fls. 008, Proc. TC 1909/2011 (IPACI); fls.2363, Proc. TC 2000/11 (Município)

Informa ainda o RTC que o Anexo 16 elaborado pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Cachoeiro de Itapemirim (IPACI, fls. 09, Proc. TC 1909/20011) confere com seu Anexo 15 e demonstra a título de emissão de dívida na conta PLANO PREVIDENCIÁRIO o montante de R\$ 260.122.203,62.

Da Justificativa

O jurisdicionado afirma que o valor de R\$ 3.056.698,64 refere-se à inscrição de dívida previdenciária por parcelamento junto ao IPACI. Esclarece ainda que no ato do registro dos valores não foi criada uma conta em separado para o plano previdenciário, o que estará providenciando para o exercício de 2011, trazendo quadro para melhor evidenciar os valores nos referidos anexos (fls. 2551).

Da Análise

Da análise das justificativas e do quadro elaborado é possível verificar que a divergência se deu pelo fato da ausência de evidenciação dos valores nos demonstrativos contábeis do município. A justificativa consegue esclarecer o ocorrido, porém, **não altera os fatos destacados no RTC, entendendo permanecer a irregularidade**, a qual está relacionada à irregularidade analisada no item seguinte desta ICC, decorrente da ausência de evidenciação de valores nos demonstrativos contábeis do município.

14 – Item 1.4.3 do RTC - Inventário anual dos bens patrimoniais e dos bens em almoxarifado

Dos Fatos

Sendo encaminhado o inventário, pela Prefeitura Municipal, procedeu-se a análise e verificou-se, quanto aos bens imóveis, que o Anexo 15 – Consolidado do Município contabiliza em 2010 na conta Construção/Aquisição Bens Imóveis, incorporação de R\$ 339.405,00, sem no entanto, identificar Unidade Gestora adquirente do bem. A prefeitura demonstra em sua prestação de contas às fls. 1480, 1481 e 1482, que não efetuou quaisquer incorporações ou baixas de bens imóveis no exercício sob exame. A prefeitura também declara às fls. 921 que não efetuou incorporação ou baixa de bens imóveis no exercício de 2010.

Constatou-se que o Relatório Conclusivo do Controle Interno (fls.2138 a 2143) não relata informações sobre a situação dos bens imóveis do Município o que torna prejudicada a análise dos bens imóveis do município.

Da Justificativa

O Jurisdicionado encaminhou memorando SEMASI/GAB 1368/2011 e memorando PGM 459/2011 para justificar-se quanto aos questionamentos verificados pelo RTC.

Da Análise

Analisando a documentação encaminhada (fls. 2674 a 2689), bem como o anexo 15 encaminhado, verificamos que a contabilidade evidenciou a operação, porém, a comissão responsável pelo patrimônio (fls.922) não fez constar em seu relatório, bem como o Controle Interno inobservou tal operação.

Como o RTC traz apenas recomendação de maior transparência ao referido item, **não sendo indicada como irregularidade, entendemos recomendável comunicar** à referida comissão de patrimônio, bem como ao órgão de Controle Interno que observem de forma criteriosa suas funções institucionais no âmbito municipal.

15 – Item 1.5.1 do RTC - Divergência na composição do superávit patrimonial do exercício demonstrado no Anexo 15

Base Legal: artigo 85 da Lei 4.320/64

Dos Fatos

Constatou-se divergência entre o superávit patrimonial do exercício demonstrado no Anexo 15 e o apurado na análise contábil conforme demonstrado a seguir:

Demonstração das Variações Patrimoniais	Em R\$
Superávit Anexo 16	5.222.406,98
Superávit Apurado	5.223.824,66
Divergência	1.417,68

Da Justificativa

Da justificativa o jurisdicionado afirma que, nas Variações Ativas, a somatória das mutações patrimoniais fica em R\$ 258.241.131,69 e não R\$ 258.242.549,37, conforme apurado no RTC.

Da Análise

Analisando o anexo 15 (fls.2362 e 2363) verificamos que fora considerado, para apuração das mutações patrimoniais ativas o valor de R\$ 854.285,99, referente à amortização de operações de créditos, o que acarretou em duplicidade no valor de R\$ 1.417,68, referente ao cancelamento de amortização do crédito do BNDES – PMAT, logo, assiste razão à defesa, **afastando a irregularidade.**

16 – Item 1.5.2 do RTC - Divergência na composição do grupo Variações Ativas – Mutações Patrimoniais – demonstrado no Anexo 15

Base Legal: artigo 85 da Lei 4.320/64

Dos Fatos

Constatou-se divergência na composição do grupo Variações Ativas - Mutações Patrimoniais – apresentado no Anexo 15 e o apurado na análise contábil conforme demonstrado a seguir:

Variações Ativas	Em R\$
Mutações Patrimoniais (Anexo 15) (A)	256.051.999,62
Variações Ativas	Em R\$
Mutações Patrimoniais (apurado) (B)	258.242.549,37
Mutações da Despesa	24.871.233,23
Amort. Oper. Cred p/contrato	854.285,99
Amort. Déb. Previdenciários	230.327.898,08
Amort. Déb. Trib. Federais	1.183.101,63
Amort. Déb. Precatórios	1.006.030,44
Divergência (B- A)	2.190.549,75

Fonte: Anexo 15(fls. 2362 e 2363)

Da Justificativa

O defendente justifica tal divergência alegando não ter sido considerado, para compor o somatório das mutações patrimoniais, os valores referentes à amortização de débitos de tributos federais – PASEP e amortização de débitos de precatórios. Alega ainda que o valor correto é de R\$ 258.241.131,69, encaminhando novo anexo 15 em substituição ao analisado.

Da Análise

Analisando as alegações e a documentação anexa (fls. 2362 a 2363 e 2566 a 2567) verificamos que assiste razão, conforme item anterior, quanto ao valor a ser considerado, qual seja R\$ 258.241.131,69.

Porém, mesmo considerando este valor, ainda permanece divergência entre o valor apurado em soma e o apresentado no anexo 15 (fls. 2362 a 2363).

Observamos que o valor da divergência não influencia o total do demonstrativo para apuração do superávit, entretanto, conforme observado anteriormente, apesar da substituição do documento não gerar influencia nos demonstrativos, é preocupante o fato de o sistema informatizado não considerar tais valores para soma, bem como ser facilmente alterado para emissão de outro demonstrativo com valores diferentes, **indicando falhas graves** tanto no sistema de informatização, quanto no sistema de Controle Interno Municipal que não observou tal falha, porém, **entendemos passível relevar tal divergência.**

17 – Item 1.7.1 do RTC - Ausência de demonstração contábil do IRRF no exercício 2010

Base Legal: artigos 83 e 85 da Lei 4.320/64 e artigo 127, inciso XIV da Resolução TC 182/2002.

No exame do Anexo 17 (fls. 2368), do balancete da execução extra-orçamentária (fls. 2371) e do balancete contábil (fls. 619; 634/635) constatou-se ausência de evidenciação contábil das retenções e recolhimentos do Imposto de Renda Retido na Fonte no exercício de 2010.

Analisando-se os documentos constantes às fls. 04 a 256 do presente processo, verificou-se quem em 2010 foram efetuadas retenções de imposto de renda pela Prefeitura e Fundo de Saúde no total de R\$ 2.346.588,39.

Entretanto, não foram enviados para exame desse Tribunal de Contas, em inobservância ao art.127, inciso XIV da Resolução TC 182/2002, as retenções de imposto de renda do Poder Legislativo, AGERSA e IPACI, o que prejudica mensurar o montante do IRRF retido pelo município em 2010.

Da Justificativa

Entende o Jurisdicionado, que, quando o município encaminha a Prestação de Contas Anual Consolidada, o poder legislativo, a AGERSA e o IPACI também encaminham suas PCA e que tais documentos já estão inclusos nas prestações de contas dos citados entes, bastando ao município consolidar tais valores.

Da Análise

Não reveste razão a justificativa apresentada, pois a Resolução TC nº 182/2002 é clara em seu artigo 127, inciso XIV quando versa que comporá as contas do prefeito o demonstrativo segregando a receita de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre a remuneração paga aos servidores públicos, **identificado por Poder**, sendo assim, **permanece a irregularidade**.

18 – Item 2.3.2 do RTC - APLICAÇÃO EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO.

Base Legal: art. 212 da Constituição da República de 1988

Dos Fatos

Foi constatado, a partir da análise dos dados encaminhados, que a Administração Municipal aplicou **21,55%** das receitas de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino, **DESCUMPRINDO** o preceito constitucional, conforme demonstrado às folhas 2492 do RTC.

Da Justificativa

Da justificativa apresentada, alega o jurisdicionado ser o valor total da Receita o montante de R\$ 145.278.114,65 (fls.2557, vol.XIII) e que, incidindo 25% sobre este valor chegaríamos ao montante de R\$ 36.319.528,66 a ser aplicado com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Tendo aplicado, conforme cálculo realizado no RTC, R\$ 35.986.042,90, que corresponde a 24,77% da Receita calculada, afirma ter cumprido o percentual mínimo de gasto com a educação vez que a Lei nº 11.494/2007 lhe permite aplicar 5% do valor no 1º trimestre do exercício subsequente (vide folha 2557 e 2558).

Da análise

Analisando o ponto em questão verificamos que foi questionado no RTC a aplicação de 21,55% com gastos para manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE, cuja base de cálculo foi 25% de R\$ 167.007.599,05, o que corresponde a R\$ 41.751.899,76 a ser aplicado.

Conferimos o cálculo da referida base e comparamos com o valor calculado pelo jurisdicionado chegando à conclusão de que a base apurada no RTC foi majorada pelos

valores das contas redutoras para formação do FUNDEB, sendo estas computadas duas vezes.

O valor calculado pelo jurisdicionado confere com os apresentados no anexo 10, entretanto, não verificamos o computo do valor referente a multas e juros de mora da dívida ativa tributária no valor de R\$ 118.624,15.

Logo, somamos o referido valor à base apurada pelo jurisdicionado, qual seja, R\$ 145.278.114,65 + R\$ 118.624,15 = R\$ 145.396.738,80, considerando esta a base para aplicação dos 25% de gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino.

Sendo assim, o valor a ser aplicado seria de R\$ 36.349.184,70 e tendo o jurisdicionado aplicado R\$ 35.986.042,90, **continua a descumprir o mandamento constitucional**, não cabendo às alegações referentes à Lei nº 11.494/2007 que está abaixo da Constituição Federal, tendo este TCEES se posicionado sobre o tema na Resolução TC nº 238/2012, **permanecendo a irregularidade**.

19 – Item 2.4 do RTC - APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.

Base Legal: Artigo 77, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República de 1988 (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29/2000)

Dos Fatos

Conforme análise das informações evidenciadas nos demonstrativos contábeis, foi apurada uma despesa própria em saúde equivalente a **14,27% (Doc 05)** da receita de impostos e transferências legais e constitucionais, estando, **portanto, em DESACORDO** com o estipulado na Constituição da República.

Da Justificativa

O jurisdicionado se defende afirmando que o valor base correto é de R\$ 145.278.114,65, sendo 25% deste o montante de R\$ 21.791.717,20. Como, conforme cálculo do RTC, foi aplicado R\$ 23.836.948,85, afirma ter cumprido, em 16,41% dos gastos com saúde.

Acredita, ainda, que a base utilizada no RTC foi acrescida dos valores referentes à dedução das cotas para o FUNDEB.

Da Análise

Conforme apurado anteriormente, reveste razão o jurisdicionado quanto à inclusão dos valores de dedução do FUNDEB na base de cálculo. Entretanto, ainda conforme demonstrado, não foi incluído nesta base o valor referente a multas e juros de mora da dívida ativa tributária no montante de R\$ 118.624,15.

Logo, somamos o referido valor à base apurada pelo jurisdicionado, qual seja, R\$ 145.278.114,65 + R\$ 118.624,15 = R\$ 145.396.738,80.

Sendo assim, 15% de R\$ 145.396.738,80 correspondem a R\$ 21.809.510,82, e tendo o jurisdicionado aplicado R\$ 23.836.948,85, entendemos ter cumprido os gastos com ações e serviços de saúde em 16,39%, **não havendo irregularidade.**

2 - CONCLUSÃO

Examinada a Prestação de Contas, constante do presente processo, referente ao exercício de 2010, formalizada **em desacordo** com as disposições do art. 127 e incisos da Resolução TC nº 182/02 desta Corte de Contas e considerando o que preceitua a legislação pertinente sob o aspecto técnico-contábil, verifica-se que as demonstrações contábeis **não refletem corretamente** a posição orçamentária, financeira e patrimonial da Entidade, especificamente quanto aos itens que se seguem:

4 – Item 1.3.1. do RTC - Divergência entre os saldos das contas Bancos c/Aplicação e Bancos c/Vinculada demonstrados no Anexo 13 e os saldos das mesmas contas demonstrados no Anexo 14.

Base Legal: artigos 85, 101 e 103 da Lei 4320/64.

6 – Item 1.3.3. do RTC - Divergência entre a movimentação da conta Depósitos de Diversas Origens demonstrada no Anexo 13, no Anexo 17 e Balancete.

Base Legal: artigo 85 da Lei 4320/64

7 – Item 1.3.4 do RTC - Divergência entre a movimentação da conta Outras Operações demonstrada no Anexo 13 e no Balancete Contábil.

Base Legal: artigo 85 da Lei 4320/64

8 – Item 1.3.5 do RTC - Divergência entre a movimentação da conta Devedores Diversos, demonstrada no Anexo 13 e nos Balancetes Contábeis.

Base Legal: artigo 85 da Lei 4320/64

9 – Item 1.3.6. do RTC - Divergência entre a movimentação da conta Débitos de Tesouraria demonstrada no Anexo 13 e nos Balancetes Contábeis.

Base Legal: artigo 85 da Lei 4320/64

12 – Item 1.4.1. do RTC - Divergência na composição patrimonial da conta Débitos Previdenciários

Base Legal: artigo 85 da Lei 4.320/64

13 – Item 1.4.2. do RTC - Divergência na composição patrimonial da conta Aposentadorias/Pensões/Outros/IPACI

Base Legal: artigo 85 da Lei 4.320/64

17 – Item 1.7.1 do RTC - Ausência de demonstração contábil do IRRF no exercício 2010

Base Legal: artigos 83 e 85 da Lei 4.320/64 e artigo 127, inciso XIV da Resolução TC 182/2002.

18 – Item 2.3.2 do RTC - APLICAÇÃO EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO.

Base Legal: *art. 212 da Constituição da República de 1988*

Desta forma, sugerimos emissão de Parecer Prévio opinando pela REJEIÇÃO da Prestação de Contas da **Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim**, relativa ao **exercício de 2010**, sob a responsabilidade da **Sr. Carlos Roberto Casteglione Dias**, recomendando a revisão e readequação do Sistema de Controle Interno Municipal que não observou as divergências aqui verificadas, **vez que a presente prestação de contas passou pelo crivo do referido setor antes do encaminhamento a este Tribunal de Contas.**

Em, 26 de outubro de 2012.

Rafael Batista Lamas
Auditor de Controle Externo
Mat.: 203205